

Guilherme R. Passamani
Asher Brum
(Organizadores)

**Urbanidades em movimento:
etnografias do cotidiano em diferentes
escalas de cidades**

Bairros de Lisboa a três vozes: conceitos e práticas em antropologia e etnografia urbanas

Graça Índias Cordeiro, ISCTE, Portugal
Rita Ávila Cachado, ISCTE, Portugal
Patrícia Pereira, IPLEIRIA, Portugal

Introdução

Quando pensamos em Lisboa como uma *cidade de bairros*, pensamos, em primeiro lugar, em certos bairros, aqueles que hoje se designam por *históricos e/ou populares*. Bairros que simbolizam, na sua modéstia, esta pequena metrópole (embora grande, à escala do pequeno país onde se situa) e que se associam, simbioticamente, com alguns traços distintivos da sua urbanidade particular: a sua situação ribeirinha, a sua topografia acidentada, o seu *hinterland* hortícola, as festas anuais de Santo António, o fado, a sua vida de rua... Tais elementos são hoje reforçados por uma turistificação desregulada que tem acentuado o processo de gentrificação e que tem transformado a vida social destes bairros nas últimas décadas.. Do ponto de vista representacional, estes bairros participam de um complexo processo de construção cultural do *popular* urbano lisboeta que teve lugar ao longo do século XX, estabelecendo associações de imagens e significados cruzados entre certos bairros (Alfama, Madragoa, Castelo, Mouraria, Alcântara, Bica, Bairro Alto) certas atividades profissionais (varinas, pescadores, aguadeiros, criadas, lavadeiras, marinheiros, fadistas) certas performances festivas e lúdicas (bailes, arraiais, desfiles, jogos e concursos) e certas sonoridades (fado, marcha, danças). Tais elementos, em conjunto, são parte integrante de um certo imaginário urbano, *popular e histórico*, que faz parte da identidade mais visível de Lisboa, enraizada na sua história local.

Mas, para além deste bairros “populares ou históricos”, institucionalizados na década de 1930, Lisboa é também feita de outros bairros menos visíveis, situados em áreas periféricas relativamente à cidade central, desde aqueles mais precários, que crescem de forma “espontânea” com um tempo de vida incerto, nas margens de uma cidade que se foi expandindo e acolhendo, de forma desordenada, mas raramente integrando as populações imigrantes provenientes, sobretudo, de ex-colónias portuguesas do Sul Global, até outros, planeados, que se foram impondo, fruto de projetos de renovação urbana que “limparam” antigas áreas “degradadas”, atraindo classes médias-altas e que fazem parte de uma história mais recente de Lisboa – como o caso do Parque das Nações, criado no contexto da Expo 98.

Com visibilidades públicas contrastantes, todos eles fazem parte de um fazer urbano cidadão- metropolitano e todos são habitados por sentidos de pertença, todos são delimitados e atravessados por múltiplas fronteiras, palco de múltiplas formas de deslocamento, de exclusão, de marginalização. Em Lisboa, os bairros constituem unidades sócio espaciais problemáticas em si próprias. São partes ou pedaços de uma cidade, com dimensões e configurações variáveis, incorporando histórias particulares e relações incertas e instáveis com as menores unidades administrativas portuguesas, as freguesias. Os bairros são, pois, lugares bons para procurar, identificar, inquirir, questionar a cidade.

Ao longo de um período de cerca de 30 anos, na passagem do milénio, três bairros de Lisboa foram estudados pelas autoras deste capítulo de forma aprofundada com uma perspetiva marcadamente etnográfica: a Bica, um velho bairro histórico no centro da cidade (CORDEIRO, 1997), a Quinta da Vitória, um bairro precário periférico em processo de demolição e realojamento de parte dos seus habitantes (CACHADO, 2012) e o Parque das Nações, um bairro novo e elitizado nascido numa área, antes periférica, hoje central devido a um amplo programa de renovação urbana (PEREIRA, 2018). Com formação em antropologia e sociologia urbanas, as suas autoras, formadas por duas

universidades lisboetas (Iscte-IUL e Universidade NOVA), pertencem a duas gerações de pesquisadores. Após estes estudos, que também foram suas teses de doutoramento, têm prosseguido suas pesquisas de antropologia e etnografia urbana em várias outras paisagens urbanas.

Com este capítulo, propomos uma reflexão retrospectiva, a três vozes, sobre o modo como tais pesquisas etnográficas partilharam alguns conceitos comuns na leitura da realidade complexa destes bairros - tais como pertença/ identidade territorial, fronteira e *displacement*. Podemos definir pertença ao bairro ou ao lugar, associada à ideia de identidade territorial, como um processo dinâmico construído historicamente e constantemente reproduzido através de práticas socio espaciais quotidianas que medeiam a relação entre espaço público e privado (FONTES & CORDEIRO, 2023). Este processo manifesta-se através de redes de interações sociais e práticas performativas, funcionando simultaneamente como elemento de coesão interna da comunidade e como forma de projeção para o exterior, num processo contínuo que envolve tanto elementos materiais como imateriais do património urbano e se expressa especialmente na gestão das fronteiras entre o interior e o exterior do bairro.

As fronteiras - sejam físicas, administrativas, sociais ou simbólicas - são elementos fundamentais para compreender as dinâmicas urbanas, pois revelam os limites e restrições que estruturam a vida na cidade. Simultaneamente, mostram as formas através das quais os habitantes urbanos negociam, transgridem e redefinem essas mesmas fronteiras no seu quotidiano, seja nas suas práticas espaciais mais básicas ou no exercício mais amplo dos seus direitos de cidadania (CACHADO, 2011).

O *displacement* é um dos principais entraves ao que se tem vindo a apelar, dentro e fora do campo académico desde final dos anos 1960, “direito à cidade”, remetendo para ao direito à apropriação - a aceder, ocupar e usar o espaço urbano de acordo com as necessidades dos habitantes - e o direito à participação nas decisões que produzem o espaço urbano (LEFEBVRE, 2012). O

displacement é definido por Marcuse (1985) como o processo através do qual famílias são forçadas a deixar as suas casas quando as condições que afetam a sua habitação ou a sua envolvente imediata se alteram de tal forma que estas já não se adequam às suas necessidades, estão além das suas possibilidades financeiras, ou ainda quando são diretamente forçadas a sair por ações como assédio ou aumento de renda. O *displacement* não é um evento único de desalojamento físico, mas um processo gradual que opera através de múltiplos mecanismos e pressões que afetam a capacidade dos residentes de permanecer no lugar. Esta conceptualização enfatiza tanto as forças estruturais que o impulsionam (como o desenvolvimento imobiliário e as políticas urbanas), como os enquadramentos discursivos que o legitimam e as experiências vividas dos residentes afetados. A literatura científica tem-se debruçado sobre o *displacement* causado quer por processos de renovação urbana (BEIER, 2024), de gentrificação (PEREIRA, 2018), de remoção de bairros precários e autoconstruídos (CACHADO, 2012), quer por despejos de uma forma mais genérica (DESMOND, 2017).

O trabalho com estes três conceitos permite às autoras articular dinâmicas micro e macrosociais nos três bairros em estudo e refletir sobre os processos metodológicos que acionaram para os abordar. Para lá da diversidade incomparável destes bairros, partes de uma cidade-capital – uma Bica que ganhou protagonismo durante o Estado Novo populista; uma Quinta da Vitória que nasceu espontaneamente na interface de trânsitos pós-coloniais na cidade em crescimento para lá das suas fronteiras; e um Parque das Nações planeado sobre a Lisboa Expo 98, fruto de uma ação que “limpou” uma periferia transformando-a num bairro de classe média-alta – estes três casos ilustram de forma muito clara pesquisas pioneiras de etnografia urbana, nos campos da antropologia e sociologia portuguesas. Mais do que um olhar sobre os bairros como limitadas unidades de observação etnográfica, tais pesquisas incorporaram a cidade como objeto de análise, revelando práticas quotidianas de urbanidade, tangíveis e intangíveis.

1. A Bica: um bairro popular no coração (e na história) da cidade

A Bica é um dos bairros típicos de Lisboa. Esta frase continua a fazer sentido, apesar das transformações mais recentes que os bairros “históricos” e “populares” desta cidade têm sofrido devido à saída de residentes permanentes das casas reconvertidas para alugueres temporários, o chamado alojamento local (MENDES, 2017; COCOLA GANT&GAGO, 2021). Situado na parte ocidental mais antiga da cidade, a 5 min de distância do Chiado e do Bairro Alto, entalada entre o Alto de Santa Catarina e o Alto das Chagas, ocupando um declive em direção aos aterros novecentistas que afastaram o rio Tejo da margem ribeirinha da antiga freguesia de São Paulo, este bairro caracteriza-se por uma certa invisibilidade devido à sua reduzida dimensão e a um acentuado encravamento topográfico e urbanístico. As fronteiras quase naturais que envolvem este bairro, abrangem três ruas, um beco, cinco travessas, e duas calçadas, caracterizadas, até recentemente, por uma forte apropriação do espaço semipúblico, relacionado tanto com a tipologia do edificado, cujos pisos térreos dão diretamente para a rua, como com as densas redes de interconhecimento pessoal, de vizinhança e de parentesco ali existentes.

Foi este o lugar que escolhi, em 1990, para a minha investigação de doutoramento em Antropologia, uma pesquisa histórico-etnográfica que começou por ser um estudo de caso sobre as identidades de pertença em um bairro concreto – a Bica – e que acabou por analisar o processo de construção política e ideológica do ‘popular urbano’ ao longo do século XX em Lisboa (CORDEIRO, 1997). Embora este bairro tivesse sido escolhido por ser um dos bairros mais pequenos e mais bem delimitados por fronteiras naturais de Lisboa, o objeto ia para além dele, definindo-se em torno do processo de construção social e cultural de um bairro “típico” da cidade. Ser típico significava que era o bairro e a cidade que estavam em questão, uma vez que o primeiro aparecia como símbolo e emblema da primeira que se revia naquele – obrigando a

uma visão sistémica relativamente aos outros ‘bairros populares’ e à própria cidade de Lisboa.

Um dos primeiros passos dessa pesquisa foi a definição de um recorte espacial e temporal, a partir do cruzamento de fontes de natureza diversa (tais como registos de trabalho de campo, cartografia, registos civis e prediais, imprensa periódica) com o objetivo de entender as experiências urbanas como “nós de temporalidade plural onde o passado sedimentado... é sempre colocado no presente das práticas” (SALGUEIRO, 2001, p. 20) e onde a escala espacial não esquecia a escala cronológica, sendo ambos “elementos determinantes para a interpretação de um fenómeno” (LEPETIT E PUMAIN, 1993, p. 122). O recorte empírico foi, assim, delimitado em torno da área mais central deste pequeno bairro, composto por meia dúzia de ruas apertadas encravadas numa colina.

A rua surgiu, desde logo, como um dos espaços mais importantes da vida quotidiana e dinamizador de múltiplas formas de sociabilidade local. Tais ruas, calçadas e becos, resguardadas do bulício anónimo do tráfego, eram palco para os gritos da criançada, os barulhos domésticos do interior das casa que davam diretamente para a rua, as conversas entre vizinhas; cheirava-se os aromas de plantas de vasos, da roupa lavada nos estendais, o peixe grelhado no carvão na soleira da porta, o azeite cozido da sopa e dos guisados, enfim, sentia-se a intensidade do ambiente relacional de um bairro pobre e envelhecido, sustentado por redes de interconhecimento pessoal ainda muito presentes recentemente. As redes familiares densas, sobrepostas às redes vicinais; a vida associativa polarizada pelo *Marítimo Lisboa Club*, situado na rua principal; as reportagens jornalísticas sobre festas de rua desde o século XIX, tudo indicava que a Calçada da Bica Grande era a coluna vertebral da vida e identidade deste lugar, que tudo acontecia no espaço de três pequenas ruas onde se decidiam, de diversas formas, as estratégias de afirmação simbólica de um bairro que se queria engrandecer. Era nesta microunidade vicinal que residiam as famílias com maior protagonismo local, era aqui que

viviam os dirigentes e forças vivas do *Marítimo* que organizavam as festas e era aqui, também, entre o *Beco* e as *Escadinhas*, que o arraial da Bica acontecia, definindo o centro simbólico do bairro – a *Bica de Baixo*.

A participação da Bica nas Festas anuais dos Santos Populares, em junho, através da organização do arraial, e da Marcha da Bica no concurso das Marchas Populares dos Bairros, a partir de 1952, em estreita colaboração com o governo municipal, fez da Bica um dos bairros mais “populares” de Lisboa. Tais festas anuais são, ainda hoje, um dos ex-libris da Lisboa “popular e bairrista”, assente na organização de festas de rua, os arraiais, e na participação de cerca de 20 marchas de no evento performativo das *Marchas de Lisboa*, financiadas pelo município e organizadas por associações de bairro. Esta ideia foi lançada e desenvolvida durante o regime totalitário do Estado Novo português (1933-1974) mas continua até aos dias de hoje, com uma continuidade surpreendente.

Tanto o arraial como a marcha são organizados pelo *Marítimo*, com objetivos e significados diferentes. O arraial é o pequeno espaço eleito, no interior do bairro, para o encontro a partir do anoitecer, entre locais e visitantes, que comem, bebem, conversam, dançam e se divertem até tarde. Como lugar de socialização intensa, prolonga-se por todo o mês das *Festas de Lisboa* no espaço minúsculo do *Beco* ligado às *Escadinhas*, onde fica um palco elevado com o grupo musical que anima a festa. Com este arraial, a parte mais escondida do bairro ganha visibilidade pública, fazendo desta pequena rua uma das referências simbólicas de uma cidade que gosta de representar o interconhecimento vicinal bairrista como um valor absoluto. Simultaneamente, este arraial marca fronteiras com os bairros circundantes, através do enfeite das ruas que definem o centro mais unânime do bairro.

De modo diferente, a Marcha da Bica marca, não as fronteiras espaciais de um pequeno bairro, mas sim as fronteiras simbólicas de um lugar reconhecido, através do desfile ritualizado em que todas as marchas são iguais na encenação das ‘tradições’ dos bairros que representam, aqui amplificadas e incorporadas no

património de Lisboa. Este desfile acontece na noite da véspera de Santo António, a 12 de junho, ao longo da avenida da Liberdade. A performance das marchas serve para isto mesmo: para a reinvenção, negociação e cristalização de certas tradições em torno de um mapa de bairros históricos, como ‘âncoras de sentido’ na narrativa histórica que liga tais lugares à história urbana e ao património imaterial desta capital.

A participação secular nas Festas da Cidade contribui, assim, para dois resultados aparentemente contraditórios na construção identitária deste e de outros bairros: a marcação territorial de uma microunidade de vizinhança através de fronteiras desenhadas pelo arraial, e a ampliação das fronteiras simbólicas dos bairros através das suas marchas. A *marcha* e o *arraial* da Bica obedecem, com efeito, a dois tipos de intencionalidade estratégica: enquanto a *marcha* se enquadra numa luta de prestígio entre iguais no exterior do bairro, cujo palco de encenação é, em última análise, toda a cidade, o *arraial* surge como apropriação micro-local de um território em torno de uma associação que afirma o seu poder dentro do bairro, por oposição às unidades de vizinhança mais próximas.

Tal como outros bairros “populares”, este bairro define-se, pois, como um lugar real e imaginado, plástico e de fronteiras incertas, intrinsecamente articulado com uma diversidade de unidades sociais, desde os mais pequenos nós de interação vicinal, por vezes estruturados em redes discretas, ou polarizados em torno de uma rua ou de uma associação; passando pela freguesia, unidade administrativa e política mais ampla, ou pela paróquia, unidade territorial eclesiástica, até várias instituições municipais, regionais, nacionais, de um nível supra-local (LEEDS, 1978) com as quais os habitantes interagem.

Mas esta narrativa está em risco, na mesma medida em que os bairros históricos estão em risco, devido a um esvaziamento de parte dos seus habitantes mais vinculados a uma história local particular. Hoje, parte dos prédios envelhecidos da Bica que testemunhavam a história de um *working class neighborhood*, com o seu passado de atividades industriais, portuárias e de serviços

pouco qualificados, foram “requalificados” e embelezados. A intensa sociabilidade de habitantes que enchia as *Escadinhas*, o *Beco* até há pouco tempo, desapareceu sob as entradas e saídas dos visitantes dos muitos alojamentos locais. O despejo do *Marítimo*, em 2022, vem confirmar, de modo dramático, a expulsão de toda uma vida social, entretecida em várias dimensões de uma micro-localidade urbana que se vai apagando. O arraial e a marcha que ainda acontecem – até quando? – adaptam-se a novos significados, quebrados que estão os seus vínculos territoriais identitários. A Bica faz parte desse conjunto de bairros históricos cada vez mais distantes da “autenticidade” que, paradoxalmente, os turistas e visitantes vêm procurar nesta cidade da Europa do Sul.

Não podiam ser mais oportunas as palavras de Lila Ellen Gray (2018: 426) que, a propósito do fado de Lisboa, escreve:

While studies of tourism must take care to distinguish between diverse types of tourism (...) in multiple European cities at present, the rise of mass tourism and its relation to the sense of everyday life and livability in these places or residents (and to activities of music making and listening) demand critical attention. The material conditions enabling the “soft” culture of musical performance in an era of low-cost mass tourism also warrant greater ethnographic attunement, as do urban aesthetic/expressive scenes in zones where intangible heritage meets tourism meets low-cost, as ambivalent spaces of translation, brokerage, circulation, and encounter.

2. A Quinta da Vitória: um bairro precário em processo de realojamento nas margens de duas cidades

O DJ MarFox tem, na sua casa, um tijolo que trouxe da sua casa anterior. Era uma casa num bairro autoconstruído, a Quinta da Vitória, que não existe mais. Este tijolo é das poucas existências materiais de um bairro que nasceu nos anos 1960 e que desapareceu nos anos 2010. Não muito longe do local onde este bairro existia, há um jardim onde foram transplantadas algumas plantas anteriormente plantadas pelas diversas populações ali existentes.

Cabo-verdianos, sul-asiáticos emigrados de Moçambique, guineenses, portugueses rurais, a Quinta da Vitória era um bairro com várias nacionalidades e pertenças culturais e religiosas. O templo hindu que foi construído nos anos 1980 foi realojado num bairro de habitação social mesmo do lado, o bairro Alfredo Bensaúde, numa das lojas de um rés-do-chão. As estátuas das divindades foram trazidas num ritual importante para a população hindu local, no verão de 2004.

Estas existências materiais pretendem ilustrar de certa forma a memória viva do bairro e servem de mote para aprofundar a apresentação deste aglomerado residencial autoconstruído. À semelhança de dezenas de outros bairros nas margens da capital portuguesa, a Quinta da Vitória teve o seu início com o crescimento industrial português, um crescimento tardio, nos anos 1960, que provocou um êxodo rural acentuado, levando centenas de famílias a construir as suas casas perto da capital e, ao mesmo tempo, das zonas fabris.

Estes aglomerados residenciais muito precários cresceram nas décadas seguintes, com a vinda de grandes contingentes populacionais dos países africanos que tinham sido colonizados por Portugal e tornados independentes pouco tempo depois da Revolução de Abril de 1974. Os recentemente emigrados compraram e alugaram terrenos nesses bairros precários, e construíram ali as suas casas, igualmente precárias, com os materiais sobrantes de obras de construção na capital. No caso da Quinta da Vitória, no momento do censo da população com vista ao realojamento, em 1992, as famílias portuguesas de origem rural no bairro perfaziam um total de 29%. A população africana e negra do bairro representava em 1992 cerca de 22.5% do total da população do bairro. A naturalidade das famílias africanas dividia-se entre cabo-verdiana (9.65%), são-tomense (6.5%) guineense (3.15%) e angolana (2.9%) e a sua presença no bairro inicia-se precisamente após as independências dos seus países de origem. As famílias de origem sul-asiática constituíam 48% da população local, e vinham de Moçambique, emigrados sobretudo no início dos

anos 1980 (a migração do subcontinente indiano para o leste do continente africano é ancestral, mas as famílias que residiam em Lisboa tinham emigrado para Moçambique na primeira metade do século XX). A situação histórica pós-colonial é aqui incontornável, sobretudo como utensílio de contextualização. As atuais relações entre populações imigrantes com uma história de colonização recente e populações de acolhimento do outro lado da relação, isto é, como ex-colonizadores, têm reflexos do passado, que não devem ser perdidos de vista.

Entre o Aeroporto Internacional de Lisboa e a Expo, cujo contexto será explicado adiante, o bairro Quinta da Vitória ficava na fronteira entre o município de Lisboa e o de Loures. Apesar de multiétnico, o enfoque da investigação em causa foi realizado sobre a população de origem sul-asiática local, com forte componente religiosa hindu, e que compunha a população maioritária no bairro. No total, o bairro tinha cerca de 1500 residentes no final dos anos 1990. A investigação da qual exponho aqui alguns resultados privilegiou a análise situacional, de acordo com Agier (1999) bem como as posturas sobre localidade de Leeds (1994).

O bairro viveu um conjunto de transformações ao longo do tempo até ao seu desaparecimento, em 2014. Tal como dezenas doutros núcleos residenciais, também a Quinta da Vitória foi alvo de um recenseamento justamente antes da aprovação da lei do Programa Especial de Realojamento (PER) em 1993. Esse recenseamento definiu quem tinha direito e quem não tinha direito ao realojamento em habitação social, sendo que as pessoas que vieram habitar o bairro após esse recenseamento eram consideradas “Não-PER”. Havia então 333 agregados familiares num total de 1556 residentes (CET 1992), representando 10% da população que residia em bairros auto construídos. O concelho de Loures iniciou o PER em 1995, mas só em 2000 houve novo recenseamento do bairro, feito através do Gabinete de Intervenção Local, um dispositivo local para aplicar a lei do realojamento na prática. Cerca de 60 agregados familiares foram realojados entre 1995 e 2000, mas não sob alçada do PER. Essas casas estavam

construídas numa zona que foi escolhida para o traçado da estrada que estabelece a ligação entre a Segunda Circular (uma das principais vias circulares da capital) à Ponte Vasco da Gama, uma obra importante para a cidade e realizada contemporaneamente à construção dos edifícios da Exposição Mundial de 1998. As casas onde aquelas famílias foram realojadas localizam-se a menos de 100 metros de distância do bairro Quinta da Vitória, pelo que estes agregados familiares não sofreram alterações consideráveis no seu quotidiano.

No ano de 2000 os restantes moradores da Quinta da Vitória esperavam que o realojamento estivesse iminente. Nessa altura começou a ser construído um bairro de grandes dimensões (para a realidade local) com mais de 400 fogos, destinado a habitação social. Contudo, esta construção encontrava-se para lá da fronteira do município de Loures, já em Lisboa, e uma vez que os realojamentos eram geridos a nível municipal, aquelas casas nunca seriam, a priori, para a população da Quinta da Vitória. Porém, houve um acordo entre os dois municípios para realojar parcialmente a população. Cerca de 100 agregados da Quinta da Vitória foram, por isso, realojados no bairro Alfredo Bensaúde, em 2002. Ainda assim, cerca de 50% da população ficou por realojar. É importa notar que nenhuma destas duas fases do realojamento foram concretamente executadas no âmbito do PER. Uma foi no âmbito das obras da Ponte, financiadas pela empresa Lusoponte, e outra foi no âmbito do realojamento do município de Lisboa, cofinanciado pela empresa municipal Gebalis.

Após estes realojamentos, os destroços das casas não foram imediatamente removidos, provocando uma visão ainda mais degradada do espaço. Uma parte importante só foi removida em 2004, quando o templo hindu foi também realojado numa das lojas de um dos edifícios de realojamento. As famílias hindus residentes naquela área passaram a distinguir-se entre si, como “das barracas” ou “dos prédios”, dois lados do bairro. No geral, a população da Quinta da Vitória por realojar, continuou à espera do seu bairro de habitação social, mas isso nunca chegou a acontecer. O município,

ao longo dos restantes anos de vida do bairro, até 2013, 2014, foi realocando as famílias aos poucos em casas que ficavam vazias noutros bairros sociais, ou indemnizando quem não queria ser realojado em bairros que, geograficamente, social e simbolicamente, estavam mais segregados do que a Quinta da Vitória, como a Quinta do Mocho e a Quinta da Fonte, mais para dentro do município, com menos transportes e com populações residentes com menos ou nenhuns laços culturais.

A maior fase do realojamento provocou a demolição das casas de um dos lados de uma rua do bairro e foram as pessoas que residiam nessas casas que foram realojadas. Dos prédios onde as famílias foram realojadas pode ver-se o que restou do bairro e, principalmente, o espaço que sobrou na sequência das demolições. A rua destituída de edifícios de um dos lados, mais o espaço que sobrou das casas demolidas, coincide com a fronteira entre o concelho de Loures e o concelho de Lisboa; por isso, o bairro de habitação precária ficou durante alguns anos em Loures e o bairro social em Lisboa, configurando uma situação de fronteira. Uma fronteira administrativa, entre os dois concelhos, com implicações diretas no quotidiano das pessoas, mas invisíveis a olho nu, tal como o acentuar da burocratização no acesso aos serviços de saúde, justiça, segurança social, emprego. Há ainda uma fronteira identitária, relativamente a quem mora nas barracas e quem mora no bairro social, ou seja, quem obteve o realojamento mais cedo do que outros que continuaram à espera.

O bairro da Quinta da Vitória pode ser visto como uma zona de vários tipos de limites geográficos que ali se sobrepõem e que têm implicações diversas na vida dos seus moradores. Em termos breves, o bairro estava situado na freguesia de Portela, no concelho de Loures junto à fronteira com o concelho de Lisboa, mais precisamente na freguesia de Olivais e houve até um projeto lei que pretendia alterar o traçado da fronteira, com a intenção de aumentar a freguesia de Moscavide, mais a sul na direção do rio Tejo, aproveitando os traçados de estradas previstos para os acessos ao recinto da Exposição Mundial. No projeto de lei não

constavam razões de interesse para a população do bairro da Quinta da Vitória. Mas a verdade é que, se tivesse sido aprovado, a nova delimitação das freguesias facilitaria a vida dos moradores da Quinta da Vitória em processo de realojamento. Imaginando que o espaço onde agora está o bairro social Dr. Alfredo Bensaúde se tivesse tornado espaço de pertença ao concelho de Loures tal como previa o projeto de lei, não só o concelho de Loures teria tido a possibilidade de ali erigir um bairro social para toda a população da Quinta da Vitória tal como os seus habitantes de facto esperavam, como os moradores ali realojados teriam menos dificuldades burocráticas do que as que tiveram, uma vez que não teriam de mudar a sua documentação devido à mudança de concelho, tal como aconteceu com os realojados em 2002.

Mas esta zona de fronteira, mesmo murada com uma rede de arame, acabou por ser um lugar onde as práticas quotidianas e também rituais ganhavam importância. Quem quebrou essa linha invisível entre os dois bairros? Quem passa a fronteira sem hesitar? Numa primeira análise, o trabalho de terreno desenvolvido na Quinta da Vitória evidenciava que o regime de evitamentos passava sobretudo pelo não atravessamento da fronteira entre o bairro social e o bairro de habitação precária. A não transposição de um bairro para o outro revelava-se uma situação estranha; mas prestando mais atenção, começou a ser claro que essas fronteiras eram de facto transpostas, e quem o fazia sem hesitar era a população hindu, num certo controlo do espaço-rua do bairro. O que distingue e torna a população hindu do bairro mais visível não é a especificidade religiosa em si mas sim o facto de habitarem tanto na Quinta da Vitória como no bairro social, terem lojas nos dois lados do bairro e um templo no limite do bairro social que fica mais perto das *barracas*.

Além do uso quotidiano dos espaços públicos do bairro, por todas as populações, embora de forma diferenciada, as práticas religiosas hindus na rua eram mais visíveis do que outras práticas culturais existentes no bairro, porque aconteciam dos dois lados do bairro, ao contrário das práticas culturais das outras populações em

causa. Podemos mesmo falar numa espécie de poder simbólico dos hindus no bairro, no sentido de Bourdieu (1994). A convivência entre as diversas populações foi sendo negociada com o passar do tempo e potenciada com as transformações físicas do bairro.

O calendário dos rituais hindus integra um conjunto de cerimônias públicas e privadas, muitas delas realizadas nos templos, mas outras tantas realizadas no contexto doméstico. Contudo, há dois rituais que manifestamente se realizam nos espaços públicos. Na Quinta da Vitória, desde 1983, todos os anos estes rituais foram realizados até cerca de 2010. São eles o Janmastami e o Holi.

O Holi marca o início da primavera no calendário lunar, coincide com uma lua cheia perto do equinócio de março no hemisfério norte e caracteriza-se pela realização de uma fogueira e de rituais em seu redor - um ritual onde são dadas voltas à fogueira por parte dos pais com filhos bebês, e um ritual em que cada família coloca um conjunto de alimentos rituais em redor da fogueira, onde se destacam os grãos de cereais. O objetivo religioso destes rituais é o reforço da fé. No Holi, após a celebração religiosa, existe também uma celebração jocosa em que as pessoas atiram pós coloridos umas às outras.

O Janmastami calha numa lua cheia normalmente no mês de agosto e celebra o nascimento de Krishna, uma divindade cuja história da infância é muito acarinhada pelos Hindus. Para o celebrar, as famílias dão uma volta a pé a todo o perímetro da sua zona de residência. Os bebês são levados à cabeça em cestos decorados - sintetizando, cada criança é como se fosse um pequeno Krishna. Este percurso é feito com acompanhamento musical. Espaçadamente, há potes pendurados com moedas dentro, aos quais as crianças batem com paus até caírem ao chão e espalharem o conteúdo.

Em ambos os rituais, a visibilidade da população hindu é marcante no contexto residencial. Na Quinta da Vitória nos seus últimos anos de vida, estes rituais contrastavam com a presença de destroços e com a iminente demolição de todo o bairro,

evidenciando o poder simbólico exercido nas ruas através da religiosidade (cf. CABAEL, 2005; BENVENISTE, 2005).

3. O Parque das Nações: um bairro elitizado numa área renovada

O Parque das Nações em Lisboa é o produto de uma intervenção urbana de iniciativa pública associada à realização da Expo 98, um evento revestido de interesse público, quer enquanto projeto nacional que visava contribuir para uma maior afirmação do Estado Português no plano internacional, quer enquanto instrumento de reordenamento urbano da zona oriental de Lisboa e zonas limítrofes de Loures. Estas duas dimensões conjugaram-se na elaboração de uma estratégia de sedução para tornar Lisboa mais competitiva no âmbito internacional: a criação de um novo espaço urbano de características globalizantes, mas onde se procurou simultaneamente encenar uma identidade singular da cidade.

A intervenção implicou a profunda transformação de uma longa faixa da zona oriental ribeirinha de Lisboa e Loures, até então, ocupada principalmente por infraestruturas portuárias, industriais e de armazenagem, bem como por habitações de populações com baixos recursos. O projeto caracterizou-se pela total demolição do edificado existente e pela criação de uma nova área urbana elitizada. No decurso da minha investigação, tornou-se evidente que o conceito de gentrificação era útil para entender o processo de transformação do Parque das Nações. Expandindo o conceito inicialmente definido por Ruth Glass (1964), Davidson e Lees (2005) identificaram quatro características definidoras da gentrificação contemporânea: (i) o reinvestimento de capital económico numa área desinvestida, (ii) a deslocação forçada de populações com rendimentos baixos, (iii) a sua substituição por populações com rendimentos mais elevados e (iv) mudanças substanciais na paisagem urbana. Esta conceptualização ampla permite incluir processos de gentrificação por nova construção, tal como o observado no Parque das Nações, o bairro que escolhi como foco empírico da minha pesquisa de doutoramento.

Neste âmbito documentei o significativo reinvestimento de capital, com a demolição total das estruturas industriais existentes, a construção da nova área urbana e o *displacement* de cerca de 1000 residentes de baixos rendimentos. Os que residiam em casas pertencentes à autarquia foram realojados em diferentes locais e condições, tendo-se verificado posteriormente que as famílias ciganas ficaram numa situação habitacional difícil. Os restantes pertenciam sobretudo a famílias com origens em zonas rurais do país, tendo migrado para Lisboa em busca de trabalho na indústria e serviços domésticos. Muitas famílias, proprietárias ou inquilinas destas casas, receberam indemnizações calculadas segundo a dimensão dos agregados e o investimento realizado nas habitações. Através de entrevistas biográficas e análise de documentos escritos, mapas e fotografias, procurei dar conta das experiências e narrativas destes residentes deslocados e da paisagem a que se referiam, revelando as complexidades e as consequências do processo de renovação urbana.

Foram também deslocadas, e realojadas em bairros sociais da área metropolitana, populações estabelecidas nas áreas onde foram construídos os acessos à Expo. Eram populações vulneráveis - incluindo indivíduos e famílias migrantes e imigrantes, sub-empregados e racializados - que viviam em habitações e aglomerados urbanos precários.

Após a realização da Expo 98, a área foi povoada por novos residentes de classe média e alta, como mostram os dados dos censos 2001, 2011 e 2021, atraídos pela promessa de um estilo de vida urbano moderno, de centralidade urbana e proximidade ao rio. A paisagem urbana foi profundamente transformada, caracterizando-se agora por edifícios contemporâneos, espaços públicos cuidadosamente planeados e infraestruturas de lazer e cultura. Este caso mostra como os processos de gentrificação contemporâneos ocorrem não apenas em áreas centrais históricas, mas também em antigas zonas industriais periféricas, reconfiguradas como novas centralidades urbanas.

A questão da pertença ao lugar foi explorada em duas vertentes: por um lado, analisei o sentido de pertença e perda de lugar dos antigos residentes; por outro examinei como os novos residentes passaram a identificar-se com o território do Parque das Nações. Esta dupla abordagem permitiu-me compreender os processos de construção e desconstrução de identidades locais em contextos de rápida transformação urbana.

O processo de criação da Freguesia do Parque das Nações, que se estendeu por mais de uma década (2001-2012), emergiu num contexto específico de transição na gestão urbana do território. Com o anúncio da extinção da Parque Expo, empresa que até então garantia uma gestão integrada e diferenciada do território, os novos residentes, organizados numa Associação de Moradores, mobilizaram-se para garantir a manutenção de um modelo de gestão que preservasse a especificidade do território e sua qualidade urbana. Esta mobilização articulou argumentos técnicos sobre a necessidade de gestão integrada das infraestruturas com argumentos identitários sobre a existência de uma comunidade com características e necessidades específicas.

A Freguesia do Parque das Nações, criada finalmente em 2012 no concelho de Lisboa, passou a integrar não apenas todo o território da antiga zona de intervenção da Expo'98, mas também uma faixa entre a linha de caminho-de-ferro e a Avenida Infante D. Henrique, onde se localizam os bairros de habitação social do Casal dos Machados e Quinta das Laranjeiras, anteriormente pertencentes à Freguesia de Santa Maria dos Olivais. Esta nova delimitação administrativa gerou controvérsia, tendo alguns residentes e membros da Associação de Moradores argumentado contra a inclusão desses bairros na freguesia por terem características socio-urbanísticas muito distintas.

A construção de uma identidade territorial específica e o desenvolvimento de sentimentos de pertença ao Parque das Nações manifestaram-se através da mobilização da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações e outros atores locais que, através de diversas ações (petições, campanhas,

lobbying), procuraram institucionalizar uma diferenciação socio espacial já existente nas práticas e representações quotidianas. Este processo de criação de fronteiras visava simultaneamente unificar internamente o território (resistindo à sua divisão entre municípios) e distingui-lo externamente (face às áreas envolventes consideradas “diferentes” e socioeconomicamente menos valorizadas), revelando como a pertença territorial se constrói tanto pela afirmação de uma identidade própria como pela demarcação face ao "outro".

Os espaços públicos foram um elemento central dessa demarcação face às áreas envolventes, onde são menos abundantes e resultado de menor investimento. Leite (2001) define espaços públicos como lugares que se tornam públicos quando investidos de significado, ou seja, quando ações atribuem significados de lugar e pertença a certos espaços, e quando essas espacialidades são também contempladas na construção de significados das ações. Mitchell (2003) complementa esta visão, argumentando que o espaço público é um espaço de representação política, em constante contestação. A minha análise revelou uma tensão fundamental entre o desenho e a gestão destes espaços, concebidos para serem ordenados e controlados, e as práticas diversas e por vezes inesperadas dos seus utilizadores. Aplicando conceitos como "táticas" (DE CERTEAU, 1980) e "contra usos" (LEITE, 2001), identifiquei formas de apropriação que desafiam ou subvertem as utilizações previstas, contribuindo para uma vitalidade urbana não planeada. Observei diferentes escalas de sociabilidade pública - local/de bairro e metropolitana - que coexistem e se entrecruzam nos espaços públicos do Parque das Nações.

Por exemplo, observei como o Terreiro dos Corvos se tornou um ponto de encontro para os residentes locais, com crianças a brincar livremente, enquanto o centro comercial Vasco da Gama era apropriado por grupos de idosos como espaço de sociabilidade nas tardes. Eventos como *flash mobs* e encontros de parkour, organizados através de redes sociais, demonstram como os espaços públicos do Parque das Nações se tornaram palco de formas de

interação social híbridas (presencial/digital). Estas observações revelaram uma tensão entre o espaço concebido, caracterizado por um elevado grau de planeamento e controlo, e o espaço vivido, onde os utilizadores constantemente reinterpretem e ressignificam o ambiente urbano. Esta dinâmica ilustra o argumento de que os espaços urbanos só se tornam verdadeiramente públicos quando investidos de significado através da ação social (LEITE, 2001).

A questão da tematização emergiu como um aspeto significativo da produção deste espaço urbano. O tema da Expo 98, os "Oceanos", foi habilmente incorporado na paisagem e na narrativa do bairro, criando uma identidade distintiva. Esta tematização manifesta-se não apenas nos nomes das ruas e praças, mas também na arquitetura, na arte pública e nas infraestruturas de lazer, como o Oceanário. Durante o trabalho de campo, notei como esta narrativa temática influenciava a experiência quotidiana dos residentes e visitantes, oferecendo um enquadramento simbólico para a vivência do espaço. Esta dinâmica ilustra o que Zukin (1995) descreve como a produção de uma representação visual do espaço urbano, onde a cultura se torna uma pedra angular da economia simbólica da cidade, simultaneamente atraindo capital e enquadrando o espaço.

O discurso oficial sobre aquela zona, quando foi escolhida para a realização da Expo98, tendeu a enfatizar o seu abandono, caracterizando-o como um vazio ou uma terra de ninguém (PEREIRA, 2018). Este discurso contrasta com as descrições dos antigos residentes, que caracterizaram aquele espaço como lugar de vida quotidiana, investido de significado. No Parque foi preservada apenas uma marca do passado industrial: a antiga torre da refinaria, agora um miradouro e obra de arte urbana.

O processo de desenvolvimento do Parque das Nações exemplifica um deliberado processo de apagamento da memória urbana vernacular (HAYDEN, 1995) materializado através da construção discursiva da área como "vazio urbano" e espaço degradado, ignorando a vida quotidiana e os significados atribuídos pelos antigos residentes, da demolição quase total das

estruturas existentes e da criação de uma nova paisagem urbana. Assim, o projeto reflete e perpetua a narrativa hegemônica sobre a História de Portugal, particularmente sobre a questão colonial através do uso não problematizado de referências à expansão marítima portuguesa no espaço público, mas também no *displacement* de populações vulneráveis, muitas originárias de países anteriormente colonizados por Portugal. O caso do Parque das Nações dialoga assim com debates atuais em torno da cidade pós-industrial e pós-colonial e ilustra como a memória urbana se articula com processos contemporâneos de desigualdade social e racial na sociedade portuguesa.

4. Concluindo: bairros enquanto unidades sociais espaciais problemáticas

A reflexão conjunta sobre estes três bairros de Lisboa, estudados em profundidade através de três abordagens etnográficas em momentos históricos distintos, emerge de um longo percurso de colaboração entre as autoras.

Os bairros aqui analisados, longe de serem unidades urbanas estáveis e claramente delimitadas, são espaços socialmente construídos e contestados, palco de múltiplas apropriações e reinterpretações pelos seus habitantes. São também reveladores de processos mais amplos de transformação urbana e metropolitana que caracterizam Lisboa nas últimas décadas.

As três investigações revelam como os bairros são atravessados por fronteiras - administrativas, sociais e simbólicas - que têm implicações diretas no quotidiano dos seus habitantes e em políticas e intervenções públicas de diferentes naturezas e intensidades. O conceito de *displacement* emergiu como central para compreender as dinâmicas de transformação destes territórios, manifestando-se de formas distintas em cada contexto: desde o deslocamento forçado na Quinta da Vitória até ao processo, primeiro subtil e hoje muito evidente, de gentrificação e

turistificação na Bica, passando pela gentrificação por nova construção no Parque das Nações.

A questão da identidade territorial e do sentido de pertença revelou-se igualmente fundamental, demonstrando como estes elementos são constantemente negociados e reconstruídos face às transformações urbanas. O envolvimento prolongado com os terrenos e seus habitantes permitiu captar as nuances destes processos identitários, as resistências quotidianas e as múltiplas formas de apropriação do espaço.

Os estudos aqui reportados evidenciam como os bairros constituem unidades sócio espaciais problemáticas em si próprias (CORDEIRO & COSTA, 1999), não só porque incorporam múltiplas tensões e contradições, materializam processos de transformação urbana mais amplos e são palco de lutas pelo direito à cidade, mas também porque, tomados enquanto recorte etnográfico, emergem como lugares onde se cruzam múltiplas formas de conhecimento e prática e como referencial para a prática da teoria através de um envolvimento no terreno que é intelectual mas também incorporado (*embodied*) (HERZFELD, 2001). As autoras prestaram atenção à forma como os próprios moradores concebem os seus espaços de vida, examinando as tensões entre fronteiras oficiais e experiências vividas, consideraram como diferentes grupos compreendem e utilizam os espaços do bairro, e observaram como processos mais amplos são experienciados e teorizados localmente.

A opção por um texto a três vozes - distinguindo as experiências etnográficas específicas de cada autora - reflete a importância da dimensão colaborativa, emocional e afetiva da produção científica, quer entre investigadoras, quer com os participantes não académicos, raramente explicitada nos textos científicos.

Do ponto de vista metodológico, esta reflexão coletiva, nascida de um entrelaçamento de percursos académicos e pessoais, contribui assim para reforçar a pertinência do bairro enquanto escala de análise dos processos urbanos contemporâneos. Demonstra também o valor de abordagens etnográficas sustentadas no tempo e de um modo de fazer ciência que reconhece a importância das relações de colaboração,

amizade e solidariedade na produção de conhecimento sobre a cidade. E revela, de forma muito evidente, como a antropologia urbana tem criado um espaço de diálogo interdisciplinar no contexto das ciências sociais em Portugal.

Referências

AGIER, M. *L'Invention de la ville*. Banlieues, townships, invasions et favelas, Amsterdam: Éditions des archives contemporaines, 1999

BEIER, R.; CHINIG, S. A biography of displacement: living through Rabat-Salé's postcolonial transformation. In: LAKIĆ, S.; PEREIRA, P.; CORDEIRO, G. I. (Ed.). *The everydayness of cities in transition: micro approaches to material and social dimensions of change*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 17-41.

BENVENISTE, A. La rue ou le territoire imaginé. In: BRODY, J. (Org.). *La rue*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2005. p. 155-163.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Oeiras: Celta editora, 1997

CABANEL, P. Les catholiques dans la rue: l'Église et le controle de la voie publique en France (XIXème-XXème siècle). In: BRODY, J. (Org.). *La rue*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2005. p. 63-80.

CACHADO, R. A. Realojamento em zonas de fronteira urbana: o caso da Quinta da Vitória, Loures. *Forum Sociológico*, n. 21, p. 23-31, 2011.

CACHADO, R. A. *Uma etnografia na cidade alargada: Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS TERRITORIAIS (CET). *Perfil social e situação habitacional da população residente em bairros de barracas no concelho de Loures*. Lisboa: CET, 1992.

- COCOLA-GANT, A.; GAGO, A. Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 53, n. 7, p. 1671-1688, 2021.
- CORDEIRO, G. I. *Um lugar na cidade: quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- CORDEIRO, G. I.; COSTA, A. F. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, G. (Ed.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 58-79.
- DAVIDSON, M.; LEES, L. New-build 'gentrification' and London's riverside renaissance. *Environment and Planning A*, v. 37, n. 7, p. 1165-1190, 2005.
- DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien, tome 1: Arts de faire*. Paris: UGE, 1980.
- DESMOND, M. *Evicted: poverty and profit in the American city*. New York: Crown, 2017.
- FONTES, C.; CORDEIRO, G. I. Portraying urban change in Alfama (Lisbon): How local socio-spatial practices shape heritage. *Urban Planning*, v. 8, n. 1, p. 110-120, 2023.
- GLASS, R. Introduction. In: CENTRE FOR URBAN STUDIES (Ed.). *London: aspects of change*. London: MacGibbon & Kee, 1964. p. xiii-xlii.
- GRAY, L. E. Listening low-cost: ethnography, the city, and the tourist ear. In: REILY, S. A.; BRUCHER, K. (Ed.). *The Routledge companion to the study of local musicking*. New York: Routledge, 2018. p. 417-428.
- HAYDEN, D. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- HERZFELD, M. *Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society*. NJ: Wiley-Blackwell, 2001.

- LEEDS, A. The anthropology of cities: some methodological issues. In: SANJEK, R.; LEEDS, A. (Org.). *Cities, classes and the social order*. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p. 233-246.
- LEEDS, A. Poder local em relação com instituições de poder supralocal. In LEEDS, A. & Leeds, E. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, p. 26-74
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre, 2012.
- LEITE, R. P. *Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- LEPETIT, B.; PUMAIN, D. *Temporalités urbaines*. Paris: Anthropos, 1993.
- MARCUSE, P. Gentrification, abandonment, and displacement: connections, causes, and policy responses in New York City. *Washington University Journal of Urban and Contemporary Law*, v. 28, p. 195-240, 1985.
- MENDES, L. Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 39, p. 479-512, 2017.
- MITCHELL, D. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. New York: Guilford Press, 2003.
- PEREIRA, P. A transformação da zona ribeirinha oriental de Lisboa: um caso de gentrificação por nova construção. *EURE*, v. 43, n. 130, p. 47-71, 2017.
- PEREIRA, P. *O Parque das Nações em Lisboa: uma montra da metrópole à beira-Tejo*. Lisboa: Mundos Sociais, 2018.
- SALGUEIRO, H. A. Apresentação. In: LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 11-29.
- ZUKIN, S. *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.